

ATINGIDAS E ATINGIDOS DEFENDEM O DIREITO ÀS ASSESSORIAS TÉCNICAS INDEPENDENTES

Rafael Donizete



ATENDIMENTO PRESENCIAL DO PTR

FGV realiza repescagem no atendimento do Programa de Transferência de Renda

pág. 04

ESPAÇOS COM AGENTES MULTIPLICADORES

Espaços presenciais reuniram mais de 200 agentes multiplicadores nas regiões 1 e 2.

pág. 06

CAMINHADA COM FRANCISCO E CLARA

5ª Edição da caminhada acontece em Mário Campos

pág. 08

RESULTADOS DAS ANÁLISES

Aedes inicia devolutivas de estudos sociambientais e de saúde feitos em Brumadinho

pág. 10

Os direitos à participação informada e à Assessoria Técnica

O direito à Assessoria Técnica Independente (ATI) na Bacia do Paraopeba foi garantido em fevereiro de 2019, um mês após o rompimento da barragem B1 e soterramento das barragens B-IV e B-IV A da mina Córrego do Feijão em Brumadinho. A partir desta decisão, a população atingida, as Instituições de Justiça e as ATIs estiveram em diálogo para seleção das assessorias em cada uma das cinco regiões da Bacia do Paraopeba. Em maio de 2019, a Aedas foi escolhida para assessorar as Regiões 1 (Brumadinho) e 2 (Betim, Igarapé, Juatuba, Mário Campos, São Joaquim de Bicas e Matheus Leme - PCTRAMA).

“**O compromisso da ATI é com a população atingida em sua luta pela reparação**”

Desde a sua criação, o objetivo principal da Aedas é apoiar as comunidades ameaçadas e atingidas por barragens no intuito de defender os direitos das famílias, buscando a reparação integral e justa destas comunidades. Para que isso aconteça,

é preciso que haja participação ativa e informada dos atingidos e atingidas, embasada na colaboração e solidariedade entre trabalhadores/as da assessoria e população assessorada.

Esta participação é direito das pessoas atingidas que contam com auxílio de uma assessoria qualificada para a prestação de apoio técnico. A Aedas valoriza esse diálogo, seja na construção do seu plano de trabalho, seja nos espaços participativos promovidos como os Grupos de Atingidos e Atingidas, as Rodas de Diálogo, as Lives, os grupos de Conselheiros e Conselheiras e, ainda, os Agentes Multiplicadores. O compromisso da ATI é com a população atingida em sua luta pela reparação, e é por meio da parceria e colaboração entre pessoas atingidas e assessoria técnica que conseguiremos avançar em direção à reparação integral.

“A assessoria é como um arado na terra que sulca, aprofunda, prepara o solo fértil, levanta a poeira das pessoas e das ideias, facilita os caminhos da ação de sujeitos, que possuem perspectiva coletiva e iniciativa transformadora, que plantam pelas próprias mãos aquilo que desejam colher.” Síntese coletiva - Aedas.

Rafael Donizete



Atingidos participam de audiência pública em defesa ao direito às Assessorias Técnicas Independentes

Expediente

A Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social (Aedas) foi criada em 2000 e pratica a defesa do ser humano e do meio ambiente. Em sua atuação de Assessoria Técnica Independente às pessoas atingidas na Região 1 (Brumadinho) e Região 2 (Betim, Igarapé, Juatuba, Mário Campos e São Joaquim de Bicas) da Bacia do Paraopeba, a Aedas realiza dois trabalhos principais: execução de estudos e processos participativos nos quais as pessoas atingidas têm acesso à informação sobre o processo de reparação e podem discutir seus danos. Informar, levantar e discutir as propostas das pessoas atingidas sobre a melhor maneira de reparar os prejuízos sofridos, também construindo sínteses e documentos.

Aedas - Coordenação Estadual: Cauê Melo, Heiza Maria Dias, Jéssica Barbosa e Luis Henrique Shikasho | **Aedas Paraopeba - Coordenação Geral de Projeto:** Ísis Táboas e Luiz Ribas | **Coordenação Territorial:** Iasmim Vieira e Vanderlei Martini | **Coordenação de Comunicação:** Diva Braga e Elaine Bezerra.

Equipe de Comunicação: Aleff Rodrigues, Bruna Torres, Jaqueline dos Santos, Lucas Jerônimo, Rafael Donizete, Rurian Valentino, Valmir Macêdo, Wagner Túlio Paulino. Este material foi elaborado com contribuições de todos integrantes da equipe técnica multidisciplinar nas Regiões 1 e 2 de atuação da Aedas Tiragem: 8 mil exemplares

www.aedasmg.org/paraopeba
 CNPJ: 03.597.850/0001-07

WhatsApp Aedas Paraopeba
 Brumadinho - Região 1
 Betim, Igarapé, Juatuba, Mário Campos,
 São Joaquim de Bicas - Região 2

www.aedasmg.org
 (31) 9 9840-1487
 atingidosparaopeba1@aedasmg.org
 atingidosparaopeba2@aedasmg.org

 **Aedas**



VOZES DA GENTE

As vozes dos territórios são plurais e juntas ecoam a luta pela reparação integral. O Vozes da Gente desta edição traz falas sobre a visita da promotora Shirley Machado (MPMG), sobre a relação com o Rio Paraopeba, e como as crianças veem a reconstrução por meio dos projetos de reparação.

SALVE MÁRIO CAMPOS



“Precisamos amadurecer o diálogo sobre a mineração em Mário Campos. Não é nem um pouco razoável incluir três empreendimentos minerários em uma cidade de 35km² de extensão.

JÉSSICA MATOS,
liderança do Salve Mário Campos

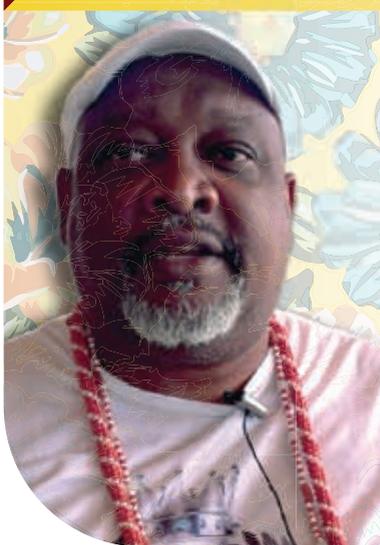
DEMANDA À PROMOTORA



“Levantamos para a promotora a respeito do pessoal que está em isolamento. Foram compradas várias casas pela Vale e muitas famílias ficaram isoladas, morando sozinhas em determinados pontos.

VANESSA CRISTIANE, da associação de moradores Acopapa, Brumadinho

BANHO E PESCA NO RIO



“Sinto falta de poder pescar no Rio Paraopeba, sinto falta de me banhar nas águas do Rio Paraopeba, isso tudo não tem quem pague.

TATA SINDENGANGA, terreiro N'zo Nguzu Kukia, Mateus Leme

CIRANDA CRIA MAQUETE COM GOVERNANÇA

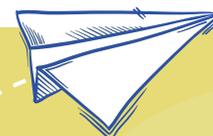


“Eu fiz um projeto, o que a gente queria colocar no nosso bairro: zoológico, escola, viaduto e asfalto. Fizemos animais de argila em cima do isopor.

ANA FLOR, Comunidade Aranha em Brumadinho

Participe do Vozes da Gente. Envie sua mensagem para as redes sociais da Aedas ou peça para a equipe de Mobilização que acompanha a sua comunidade.

aedasmg.org | @aedasmg



APÓS MAIS DE 3500 ATINGIDOS JÁ RECADASTRADOS, FGV REALIZA REPESCAGEM NO ATENDIMENTO DO PTR

PTR.
Atendimento presencial do PTR é aberto para negados e novos cadastros

Lucas Jerônimo

Mais de 3500 atingidas e atingidos já se recadastraram no Programa de Transferência de Renda (PTR) por meio do atendimento presencial realizado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) desde o início do mês de abril. Agora, a FGV passa a fazer uma nova rodada de atendimentos, uma repescagem, nos municípios da região. Uma sede fixa de atendimento em Brumadinho também está disponível.



Fundação Getúlio Vargas

Atendimentos presenciais da FGV para desbloqueio do PTR.

O atendimento é uma conquista dos atingidos e tem o objetivo de garantir o recebimento do valor do PTR para todos que tem direito. Segundo a FGV, as respostas para os recadastramentos são apresentadas, em média, cerca de duas semanas após o atingido ou atingida ir ao atendimento

com a documentação correta.

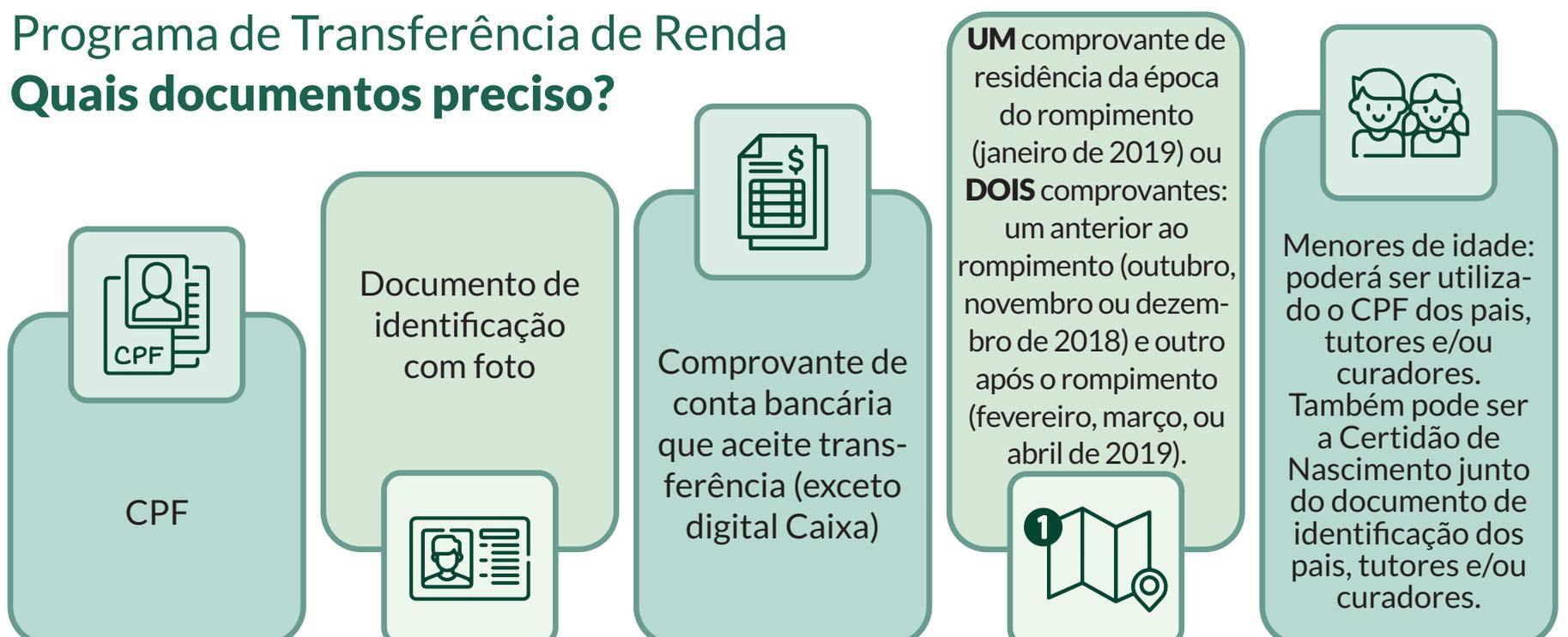
“A gente começou o atendimento por grupos, especialmente, vulneráveis indicados pelas Instituições de Justiça (IJs), como familiares de vítimas fatais, quilombolas. Depois nós ampliamos para regiões onde pessoas tiveram seus pagamentos bloqueados, para

aqueles que receberam alguma vez e depois parou”, diz André Andrade, porta-voz da FGV.

No fim de maio, o recadastramento foi aberto para os negados, aqueles que pediram e nunca receberam alguma parcela. A partir de junho, pessoas que nunca nem solicitaram inclusão no PTR poderão se cadastrar. As datas, locais e horários de atendimento são informados a partir dos grupos de atingidos no WhatsApp, pelo site e redes sociais da Aedas.

De acordo com a FGV, além da sede fixa de atendimento em Brumadinho, que funciona todos os dias (exceto feriados) das 8h às 19h, as cidades que tiverem mais demanda, ou seja, mais gente procurando o atendimento, poderão, também, ter um local fixo para tratar de questões sobre o PTR.

Programa de Transferência de Renda Quais documentos preciso?



ATINGIDAS/OS DEFENDEM ASSESSORIAS TÉCNICAS INDEPENDENTES EM AUDIÊNCIA PÚBLICA NA ALMG

Bruna Torres

A audiência pública com o tema: “A importância das Assessorias Técnicas Independentes para efetivação do direito à reparação dos crimes praticados pelas mineradoras em Minas Gerais”, reuniu lideranças atingidas das regiões, vítimas e pessoas ameaçadas pela mineração no estado, na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG).

A audiência foi presidida pela Deputada Estadual Leninha (PT-MG), vice-presidente da Comissão de Direitos Humanos da ALMG, e teve como objetivo debater a importância das Assessorias Técnicas Independentes para a efetivação do direito à reparação integral dos danos provocados pelas mineradoras.

Além das representações das comunidades, participaram também as coordenações de movimentos sociais, as promotoras de Justiça do MPMG e DPMG e as Assessorias Técnicas Independentes (ATIs).

“**A ATI é um instrumento que contribui na produção de dados e conhecimentos**”

Fernanda Perdigão, atingida de Brumadinho, participou de forma remota na reunião e enfatizou que “nós reivindicamos, como pessoas atingidas, um diálogo para que

Clarissa Barçante/ALMG



Rafael Donizete/Aedas



Clarissa Barçante/ALMG

Atingidas e Atingidos participam de uma Audiência Pública pelo direito à assessoria técnica independente.

podéssemos debater a necessidade de uma ouvidoria dos atingidos, de um controle de unificação dos trabalhos das assessorias técnicas da bacia. Não obtivemos respostas. Nós não temos, como pessoas atingidas, diante de todo nosso trabalho que a gente tem em se organizar, respostas eficientes às nossas demandas”. Como encaminhamento, Fernanda propôs a criação de uma comissão de fiscalização, através da ALMG, para investigação das empresas contratadas pela Vale, como o grupo EPA e a Arcadis.

O coordenador do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Thiago Alves,

cobrou a regulamentação da Política Estadual dos Atingidos por Barragens (PEAB) para que haja fiscalização e punição das empresas mineradoras. “Esta casa tem o papel muito importante de fazer a defesa institucional desse direito e construir o ambiente político para fortalecer a luta dos atingidos nesse contexto, explicou.

A PEAB assegura assistência às pessoas ou populações afetadas por impactos decorrentes da construção, instalação, ampliação ou operação de barragens e outros empreendimentos. Ela define o conceito de atingidos por barragens, lista seus direitos, determina as formas de reparação, os

mecanismos de financiamento e o órgão gestor da política, prevendo a participação da população.

A Aedas participou da audiência representando as cinco ATIs das três bacias. Ísis Táboas, que é advogada e da coordenação da Instituição, detalhou os desafios encontrados durante o trabalho técnico nos territórios e listou as conquistas já garantidas com as famílias atingidas para o processo de reparação integral. “A ATI é um instrumento que contribui na produção de dados e conhecimentos a partir das próprias coletividades atingidas no processo de violações de direitos”, ressaltou.

ASSESSORIAS TÉCNICAS INDEPENDENTES E LIDERANÇAS ATINGIDAS ELABORAM PROPOSTA DE SISTEMA DE PARTICIPAÇÃO

PARTICIPAÇÃO. Espaços presenciais reuniram mais de 200 agentes multiplicadores nas regiões 1 e 2.

Rafael Donizete

Embora tenham conquistado o direito e a garantia das Assessorias Técnicas Independentes (ATIs), como instrumento de participação no processo de reparação dos danos causados pelo rompimento da barragem da Vale em Brumadinho, as comunidades atingidas apresentam, desde 2020, críticas justas sobre diversas etapas nas quais a população não foi ouvida ou foi consultada de forma superficial.

“Nós, das comunidades atingidas que estamos há três anos neste enfrentamento pela reparação, estamos cansados de não ter resultados efetivos, de não ter a reparação como a gente almeja e de ter essa tutela permanente por parte dos órgãos públicos e Instituições de Justiça, sem que as pessoas de fato participem ativamente do processo de reparação integral”, apontou Marco Antônio Cardoso, da Comissão de Atingidos e Atingidas do Tejuco, em Brumadinho.

Em busca de construir canais efetivos de participação da população, a Aedas, o Nacab e



Valmir Macêdo/Aedas

AGMs das regiões 1 e 2 revisaram a minuta do estatuto em reunião com Aedas.

“A ideia desses espaços que ocorrem simultaneamente em todas as regiões atingidas é recolher as contribuições das pessoas atingidas sobre essa minuta do estatuto

Guaicuy, que atuam nas cinco regiões da Bacia do Paraopeba e Represa de Três Marias, elaboraram, junto às lideranças atingidas, a proposta de um Sistema de Participação pautado por um

estatuto construído pelas comunidades atingidas, que decidirão sobre a aprovação ou não dessa nova forma de participação.

As ATIs apresentaram no dia 20 de maio a minuta - uma redação ainda não definitiva, isto é, um texto que ainda não se encontra em sua versão final - do Estatuto do Sistema de Participação das regiões Atingidas pelas barragens da Vale S/A na Mina Córrego do Feijão. Nas duas regiões acompanhadas pela Aedas, a primeira etapa de discussão foi realizada em reuniões presenciais e simultâneas, no sábado (21). Cerca de 200 agentes multiplicadores participaram dos encontros.

“A ideia desses espaços que ocorrem simultaneamente em todas as regiões atingidas é recolher as contribuições das

pessoas atingidas sobre essa minuta do estatuto. Então, é a partir disso que a gente consegue fazer um processo de sistematização de um estatuto que vai ser validado em assembleia geral da Bacia”, explicou Mayara Pais, coordenadora das equipes de mobilização da Aedas.

Governança Popular e o Sistema de Participação

“Este momento é diferente do processo de governança, principalmente dos Encontros de Formação realizados em abril, porque a governança diz sobre o anexo 1.1 destinado aos projetos das comunidades. Naquele encontro a gente ficou voltado a

explicar quais são os recursos, quais são os objetivos dos projetos, etc. Agora, com o Sistema de Participação, é uma maneira mais ampla, que inclusive prevê eixos temáticos para o acompanhamento de outros anexos do acordo judicial”, diferenciou o assessor técnico da Aedas, Diego Silva, durante a reunião com os AGMs na região 2.

Expectativa entre os AGMs

Um dos principais desafios observados pelos Agentes Multiplicadores nos espaços de formação, pode ser a elaboração de uma proposta coletiva e consensual entre as cinco regiões atingidas. Porém, o desafio é superado a partir da comunicação entre as comunidades e do respeito à diversidade das famílias atingidas. “A comunicação entre as comunidades é o que vai deixar esse sistema bem desenhado. Uma comunidade se sentir pertencente a outra, não excluir comunidades porque nós somos atingidos como um todo”, comentou Selma de Oliveira, atingida de Paquetá, em Betim.

“A comunicação entre as comunidades é o que vai deixar esse sistema bem desenhado

Conheça as etapas do Sistema de Participação

Segundo apontou a coordenadora Mayara Pais, os próximos passos são reuniões virtuais com as comissões de atingidos e atingidas para definir seis nomes de cada região atingida e fazer o processo de sistematização das contribuições da minuta do estatuto que foi debatido.

“A partir disso, em junho a gente se reúne com essas comissões para realizar o processo de sistematização e finalização deste sistema de participação. Ainda em junho, a gente vai ter um encontro de lideranças da Bacia, onde a gente vai fazer um processo de validação prévia do estatuto do sistema de participação. A partir dessa primeira validação, a gente se encontra numa assembleia da Bacia, que vai ser o espaço de aprovação da governança do anexo 1.1 e também do estatuto e do regimento interno do Sistema de Participação”, concluiu.

Entenda a tarefa de um AGM

A tarefa consiste em participar dos espaços de formação e compartilhar as informações, por vezes técnicas, entre outras pessoas atingidas nas comunidades. “O Agente Multiplicador é uma forma que a assessoria técnica encontrou para ampliar as próprias lideranças comunitárias. Neste momento, a ideia é ampliar ainda mais esse escopo de lideranças para que possam, como o próprio nome diz, multiplicar as informações que são passadas, participando dessas formações com as assessorias técnicas”, explicou Diego Silva, assessor técnico da Aedas.

Valmir Macêdo/Aedas



Formação de Agentes Multiplicadores aconteceram nas regiões 1 e 2.

- AGMs discutem a minuta do estatuto

- Reunião de Comissões de Atingidos e Atingidas define representantes das regiões



MAIO

- Reunião virtual com Comissões de Atingidos e Atingidas

- Encontro da Bacia do Paraopeba (11 e 12/06)



JUNHO

- Assembleia da Bacia do Paraopeba



A DEFINIR

ARQUIDIOCESE DE BELO HORIZONTE REALIZA A 5ª EDIÇÃO DA CAMINHADA COM FRANCISCO E CLARA EM MARIO CAMPOS

Divulgação



Elaine Bezerra

No próximo dia 4 de junho (sábado) acontece em Mario Campos a 5ª edição da Caminhada com Francisco e Clara. A atividade é organizada pelo Vicariato Episcopal para Ação Social, Política e Ambiental (Veaspm) e integra a programação da 3ª Romaria da Arquidiocese de Belo Horizonte pela Ecologia Integral. Esse ano a atividade ocorre na Comunidade Nossa Senhora do Rosário (Renser) e tem como inspiração o aniversário do 7º ano da Encíclica do Papa Francisco Laudato Si' e

o Dia do Meio Ambiente.

De acordo com Inhana Olga, da equipe de comunicação da Renser, Mario Campos foi escolhida para acolher a caminhada porque é uma região que está em risco de entrar em atividade minerária e esse contexto nos convida a refletir sobre o “cuidado com a casa comum que é o planeta terra em que a gente habita”, conforme preconiza a Laudato Si’.

A expectativa dos organizadores da caminhada é contar com a participação dos moradores da cidade, estudantes, dos paroquianos da Renser e outros grupos

religiosos que atuam em defesa da ecologia integral.

A Carta Encíclica Laudato Si' do Papa Francisco

Em 24 de maio de 2015, o Papa Francisco apresentou ao mundo a Carta Encíclica Laudato Si'. O documento chama a atenção para o cuidado da casa comum e remete ao Cântico das Criaturas, de São Francisco de Assis. A carta ficou conhecida como “encíclica verde”, dada a centralidade da defesa da ecologia integral, onde o Papa propõe um modelo de ecologia ambiental, econômica e social que recupere os valores humanos necessários para criar um ambiente sustentável.

O avanço da Mineração na região

Atualmente, existem 10 processos de pedido de liberação para mineração no município. Desses, 3 estão em fase bastante avançada. O primeiro empreendimento é da Larf Consultoria e Administração Ltda em conjunto com a Mineração Ibirité Ltda (MIB), que deseja se instalar no Morro do Carrapato. De acordo com Jessica Matos do Movimento Salve Mario Campos, na última semana de abril o empreendedor requereu a suspensão do processo de licenciamento pelo prazo de 15 meses para cumprir todas as exigências feitas pelo Estado: “eles devem refazer

“

Mário Campos foi escolhida para acolher a caminhada porque é uma região que está em risco de entrar em atividade minerária

diversos relatórios técnicos e reapresentar novas certidões de conformidade. Isso é resultado da luta!”, enfatizou. O segundo empreendimento é o da M&G Mineração que pretende explorar Grafitta e Minério de Ferro na região do Capão e o terceiro é o da mineração Bemisa, que ameaça adentrar na região do Funil, com um projeto de devastação de 395,15 hectares. Ainda de acordo com Jessica, Mario Campos é uma das cidades mais atingidas pelas enchentes ocorridas no início do ano, que levaram para a casa de centenas de moradores a lama de minério de ferro que estava no fundo do Rio Paraopeba desde 2019.

Programação

| | |
|---------------|---|
| 08h30: | Concentração na Escola Estadual de Mário Campos Rua Diamantes, nº. 62, Vila Tânia - Oficina de Cartazes - Leve seu material de papelaria - Apresentações culturais |
| 09h: | Início da Caminhada - Leve sua água! |
| 11h: | Celebração de Encerramento na Praça da Matriz - Bênção dos Animais - Barracas "A Feira é Nossa" (Alimentação, bebidas, artesanato, doces, entre outros) - até 18h. |

PCTRAMA: NOME DEMARCA POVOS DE TERREIRO E COMUNIDADES DE REINADO NA REGIÃO 2

Jaqueline Santos

A construção da comissão dos Povos e Comunidades de Tradição Religiosa Ancestral de Matriz Africana (PCTRAMA) surgiu a partir da elaboração do protocolo de consulta junto a esse grupo presente na região 2, que além de Betim, Igarapé, Juatuba, Mário Campos e São Joaquim de Bicas, inclui o município de Mateus Leme.

O Baba Edvaldo do Ilê Axé Alá Tooloribi, contou que o nome PCTRAMA demarca o lugar dessas comunidades no território.

“No caso dos povos de terreiros e comunidades de reinados, que na região 2 da bacia do Paraopeba convencionamos nos denominar de PCTRAMA, a referida comissão vem



Luiz Ribas/Aedas

Reunião da comissão do protocolo de consulta dos Povos e Comunidades de Tradição Religiosa Ancestral de Matriz Africana.

“

A forma de identificar esse coletivo foi criado a partir de diversas ações, escuta ativa e informada

demarcar nosso lugar no território (imaterial) das relações

de poder, numa sociedade marcada pelo racismo ambiental e práticas de terrorismo religioso”, lembrou o Baba.

Essa nomenclatura refere-se exclusivamente às comunidades e coletivos tradicionais da região 2 do Paraopeba que são assessoradas pela Aedas. A forma de identificar esse coletivo foi criado a partir de diversas ações, escuta ativa e informada.

As nações presentes são: Angola, Angola-Muxikongo,

Ketu, Jeje, Umbanda, Omolocô e Reinado. A Aedas, por meio da equipe de trabalho que atua junto aos PCTRAMA, conseguiu de forma conjunta, construir o Protocolo de Consulta para atuar junto aos povos e comunidades tradicionais, como previsto em lei.

Mas afinal de contas, o que é o Protocolo de Consulta?

É um conjunto de regras feitas pelos Povos ou Comunidades Tradicionais e que devem ser seguidas pelo Estado ou demais organizações quando forem apresentar um projeto que impacta a comunidade. O protocolo de Consulta prevê que o Estado e demais organizações têm a obrigação de realizar consulta prévia, livre, informada e de Boa-Fé.

SALAS DE ATENDIMENTO À SAÚDE COMEÇAM A SER ENTREGUES EM MUNICÍPIOS ATINGIDOS

PROJETOS. Entregas fazem parte do pacote de execução extraordinária, também chamado pacote de respostas rápidas

Bruna Torres

Brumadinho, Betim, Juatuba, Mateus Leme e São Joaquim de Bica recebem, até o final de junho, entregas que fazem parte do pacote de execução extraordinária - também chamado de pacote de respostas rápidas. São equipamentos para estruturação de salas de urgência para atendimento à saúde e manutenção de estradas que foram danificadas com o rompimento da barragem

da mineradora Vale S.A, em Brumadinho.

A ação faz parte do projeto “Estruturação de salas de urgência”, da Secretaria de Estado de Saúde (SES-MG), que compõe os anexos I.3 e I.4 do acordo de reparação aos danos provocados pelo rompimento.

Entre os produtos que compõem a sala de urgência estão cinco respiradores, oito bombas de infusão, um cilindro de oxigênio, quatro monitores cardíacos e quatro camas.

A primeira entrega, com um

conjunto de 76 equipamentos e insumos, ocorreu no último dia 20, na Unidade de Pronto Atendimento (UPA) José Sabino Neto, no bairro Teresópolis, em Betim.

Miriam Suzane Papp, de 57 anos, é mãe de 5 filhos e mora no bairro Citrolândia, em Betim, há 40 anos. Ela acompanha as comissões de atingidas e atingidos desde o início das formações e tem estado perto dos processos relativos à reparação. A atingida aponta que, apesar da conquista, a sala de atendimento que foi entregue está longe de

Fábio Marchetto (SES-MG)



Sala de Urgência em Teresópolis, Betim.

atender a demanda da população de Betim, principalmente dela e da vizinhança, já que Teresópolis, bairro onde a UPA está, fica do outro lado da cidade.

“A revolta por aqui, na minha vizinhança, é geral porque tem saído máquinas para todos os lugares, mas a gente, população atingida e que mora perto do rio, continua esperando. Os bairros mais próximos ao rio são os mais afetados e precisam de atenção” desabafou Miriam.

AEDAS INICIA DEVOLUTIVAS DE ESTUDOS SOCIO-AMBIENTAIS E DE SAÚDE FEITOS EM BRUMADINHO

DEVOLUTIVAS.

A entrega dos resultados das análises feitas pelas consultorias especializadas é um momento bastante aguardado pela população atingida.

Valmir Macêdo

Em Brumadinho, iniciaram neste mês de maio as devolutivas dos resultados do estudo para levantamento de danos Socioambientais e na Saúde, realizado pela Aedas. As coletas analisadas incluem amostras de ar, água de consumo humano, água subterrânea, peixes, solos, poeira intradomiciliar e solo superficial. Os estudos foram feitos com a consultoria Archipel ao longo de 2021 e 2022.

Na região 2, o estudo socioambiental está em fase de finalização e as devolutivas dos resultados seguirão a mesma metodologia de diálogo com as Comissões, famílias participantes do levantamento e comunidades diretamente envolvidas, nos próximos meses.

Foram 312 amostras coletadas em 284 pontos em todo o território de Brumadinho. Foram feitas duas campanhas de coletas, uma em setembro



e outra em dezembro de 2021.

O coordenador da equipe Socioambiental da Aedas em Brumadinho, Thomas Parrili, explicou que primeiro serão divulgados os resultados para as famílias atingidas que participaram diretamente dos estudos. Afinal, foram essas famílias que abriram as portas de suas casas e propriedades para que as equipes da Aedas coletassem as amostras.

“As primeiras pessoas que devem ter contato com os resultados são as dos locais em que realizamos as coletas”,

informou Thomas.

Após a etapa das devolutivas individuais, serão feitos diálogos nas comunidades. Nelas, as famílias poderão conversar com seus vizinhos e comunidade em geral sobre como esses resultados interferem na realidade da saúde e do meio ambiente onde elas vivem.

“Alguns resultados são de interesse comunitário, como por exemplo uma caixa d’água, o resultado de um córrego ou de um poço que abastece uma comunidade toda. Então esse processo em etapas nos ajuda a

ter cuidado com os atingidos ao receberem esses laudos”, completou o coordenador.

Com o apoio da Aedas, o objetivo é organizar, nas devolutivas comunitárias, quais são os encaminhamentos e pedidos que as comunidades desejam ter como respostas da empresa responsável Vale S/A e do poder público, após receberem esses resultados.

MAIS ESTUDOS SÃO NECESSÁRIOS

“Em termos de Avaliação de Risco à Saúde Humana (ARSH), este é um estudo inicial e os riscos indicados devem ser tratados como potenciais, ou seja, são necessários outros tipos de estudos para confirmar e compreender os reais riscos à saúde humana”, apontou Jerônimo Vaz, técnico da equipe de Saúde da Aedas em Brumadinho.

Novas devolutivas estão previstas para Brumadinho e também para os municípios da região 2

A Aedas segue uma metodologia específica para as devolutivas que envolvem comunicação de risco. Para esses casos, são previstos espaços de escuta e diálogo com as pessoas atingidas. Trata-se do direito a participação informada através de uma comunicação responsável, afinal, falar sobre esse tipo de informação sem a preparação e cuidado devido, pode causar mais impactos na vida das pessoas atingidas pelo desastre da barragem da Vale.



Em Brumadinho, outro estudo que envolve a comunicação de risco e, portanto, novos momentos de diálogos em campo com as famílias e comunidades diretamente envolvidas, é o de Levantamento dos danos à Moradia, infraestrutura e bens móveis, atualmente em finalização. Na Região 2, da mesma forma, serão divulgados os estudos a partir de cronogramas específicos.

Outras consultorias finalizadas que não envolvem comunicação de risco e que em breve terão seus resultados completos divulgados no site da Aedas:

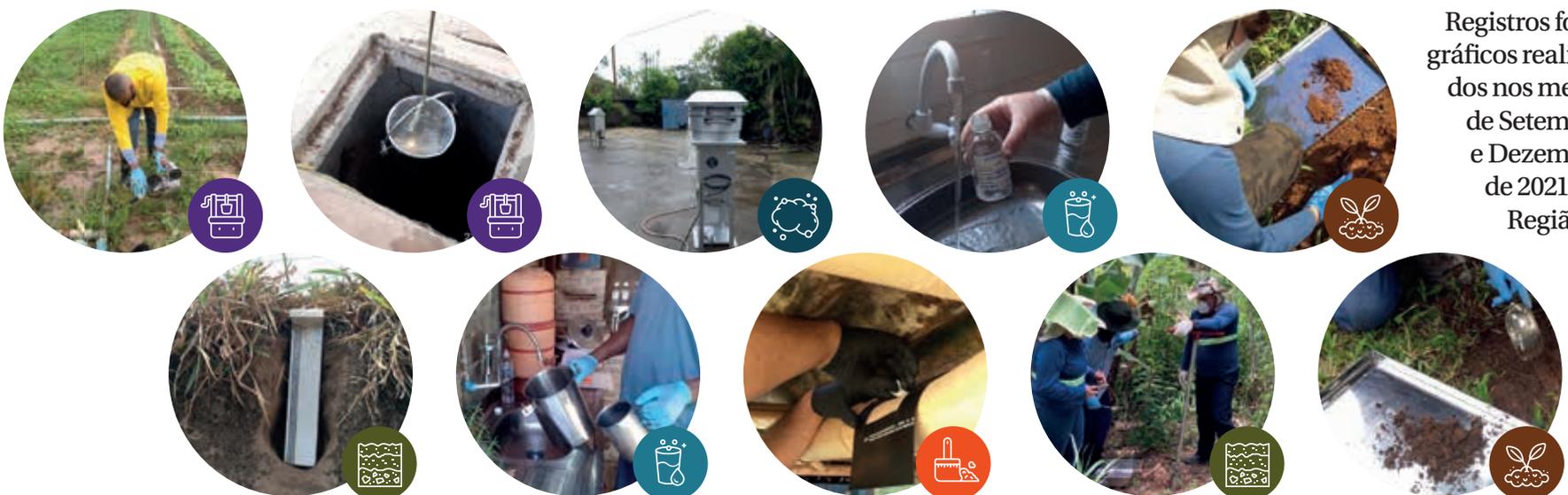
| Nome do Estudo | Região |
|---|---------|
| Danos à Pesca e Aquicultura | R2 |
| Danos a Agricultura e Animais | R1 e R2 |
| Levantamento de danos e acesso as atividades de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer | R1 e R2 |
| Levantamento de Danos Socioambientais fase 1 | R1 e R2 |
| Levantamento de necessidades emergenciais de Saúde | R1 e R2 |
| Levantamento da situação documental e dos danos às Comunidades Quilombolas | R1 |

COMO ESSES RESULTADOS CONTRIBUEM PRA MEDIDAS DE REPARAÇÃO?

Os diagnósticos coletados e analisados pelas consultorias são importantes para nortear, por exemplo, os projetos de Demandas das Comunidades (Anexo 1.1) e Matriz de Dados e de Reconhecimento, por exemplo.

“As equipes das consultorias realizam um trabalho especializado junto as pessoas atingidas e contribuem para irmos mais a fundo na identificação da diversidade de danos, e também sobre a análise desses danos com base

em metodologias científicas. São documentos que vão alimentar os instrumentos e propostas de reparação e que também podem servir como provas”, explicou Juliana Funari, coordenadora na Região 2.



Registros fotográficos realizados nos meses de Setembro e Dezembro de 2021, na Região 1.

REPARAÇÃO BRUMADINHO

ASSUNTO SÉRIO:

Estudos de Avaliação de Risco à Saúde Humana e Risco Ecológico ERSHRE

A importância do
projeto para as pessoas
da região atingida

Informe-se!

Abril de 2022

 **MINAS GERAIS**
GOVERNO
DIFERENTE.
ESTADO
EFICIENTE.



 **MPMG**
Ministério Público
do Estado de Minas Gerais

 **MPF**
Ministério Público Federal

Em função dos impactos decorrentes do rompimento da barragem B1, da mina de Córrego do Feijão, da Vale S.A., em Brumadinho, e por determinação dos órgãos de controle, estão sendo desenvolvidos Estudos de Avaliação de Risco à Saúde Humana e Risco Ecológico (ERSHRE).

Os estudos foram demandados pelos órgãos públicos de saúde e de meio ambiente de Minas Gerais, em parceria com as instituições de justiça, e serão realizados pelas consultorias contratadas (Grupo EPA e Tecnohidro), com custeio da Vale S.A.

O objetivo desses estudos é identificar os riscos potenciais à saúde humana e ao meio ambiente, devido à presença do rejeito no solo e nas águas do rio Paraopeba, e definir estratégias integradas de intervenção sobre o território impactado.

Nesse contexto, essa cartilha "Estudos de Risco à Saúde Humana e Risco Ecológico" RSHRE, foi produzida pelo Grupo EPA sob a supervisão dos órgãos ambientais de MG, Auditoria AECOM e Compromitentes.

Fazer chegar este primeiro material às mãos das pessoas atingidas é importante para que elas tenham contato com o tema, se informe e se preparem para participar das reuniões que serão realizadas pelo Grupo EPA em suas comunidades.

As equipes Socioambientais e da Saúde da AEDAS irão promover reuniões e formação com as Comissões para discutir com mais detalhes estes estudos.

Aponte seu celular e acesse

